



“Educação como prática de Liberdade”:  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10200 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

## PARTICIPAÇÃO JUVENIL EM ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE ENSINO MÉDIO: EXPERIÊNCIAS ESTUDANTIS E CONFRONTO POLÍTICO NO INTERIOR DO MUNDO ESCOLAR

Elmir de Almeida - USP- Universidade de São Paulo

Maria Carla Corrochano - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

Felipe Tarábola - UFSCAR/SOROCABA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Agência e/ou Instituição Financiadora: Unión Iberoamericana de Universidades

### Resumo

Apresenta-se e analisa-se resultados finais de estudo colaborativo, realizado em 2017-18, por pesquisadores de universidades de Argentina, Brasil, Espanha e México. A pesquisa foi de abordagem qualitativa e teve por fim compreender a lacuna existente entre a experiência cívica dos jovens em espaços de educação formal e a sua vida no entorno cidadão[1]. A interlocução com os estudantes do ensino médio de diferentes culturas escolares de meios urbanos daqueles países se deu por meio de grupos de discussão. A partir de aportes da sociologia da educação e da juventude, aqui analisa-se os achados obtidos junto aos estudantes de escolas públicas brasileiras de ensino médio, do estado de São Paulo.

**Palavras-chave:** participação juvenil; ensino médio; mundo escolar; confronto político.

### Introdução

Nas duas últimas décadas no Brasil vimos iniciativas públicas visando a garantir maior inserção de jovens no sistema educacional. Nesse contexto, se verifica a emergência de uma geração juvenil mais escolarizada do que as precedentes, conferindo novos traços à condição juvenil no país. Porém, especialmente no ensino médio, a expansão das matrículas não contou com suficiente financiamento de forma a estruturar uma escola com qualidade social e com uma definição clara sobre a identidade e os objetivos dessa etapa da escolarização. Contudo, com a expansão das matrículas, o ensino médio modificou seu perfil, passou a atender número crescente de adolescentes em idade ideal (15 a 17 anos), de diferentes estratos socioeconômicos, no período diurno (CORTI, 2015).

Naquilo que nos interessa aqui, pode-se dizer que, antes da crise sanitária da Covid-19, o ensino médio tornou-se cada vez mais marcado pela presença de adolescentes, fruto da democratização do ensino que possibilitou a jovens dos setores populares a vivência do “tempo dos estudos” de maneira relativamente livre do trabalho. Isso não elide, contudo, o

fato de que a expansão do ensino médio ainda reproduza desigualdades regionais e de classe social, e é impossível negar a importância que o trabalho ocupa na vida de muitos jovens-estudantes brasileiros.

Para além deste rejuvenescimento, estudos destacam uma crescente heterogeneidade racial e étnica no conjunto do alunado do ensino médio. A diferenciação social, étnica e etária que ocorre nesta etapa de ensino é um dos fatores que poderia explicar o expressivo engajamento de adolescentes e jovens nas mobilizações de estudantes secundaristas ocorridas no Brasil, em 2015 e 2016: as chamadas ocupações de escolas (CORTI *et al*, 2016).

Considerando as ações coletivas protagonizadas por estudantes secundaristas, desde os anos 2000, verifica-se sua retomada em alguns países latino-americanos e também no Brasil. São ações coletivas contrárias às reformas educacionais e pedagógicas (curriculares) que passaram a configurar o ensino médio no México, Chile, Argentina e Brasil (RUIZ, 2011; NUÑEZ, 2019; REGUILLO, 2017).

Nesse contexto, o tema da participação dos estudantes secundaristas retorna à agenda da pesquisa acadêmica. Entre nós, a visibilidade das ocupações das escolas públicas em 2015 e 2016 provocou uma virada no campo de estudos sobre as interfaces entre jovens e participação, tendo como foco os modos de atuação dos estudantes no espaço escolar.

### **Ser estudante, ser jovem e a participação na escola**

Investigar os modos de agir e os sentidos da participação de estudantes secundaristas na esfera público-política requer cautelas: há que se considerar os desafios relativos às posições que eles ocupam na sociedade, os modos como eles se relacionam com as instituições do mundo adulto e as provas que eles enfrentam em suas vivências juvenis. Esse processo envolve ambivalências, continuidades e descontinuidades, pois os estudantes secundaristas estabelecem uma relação com o tempo e a vida social combinando o exercício de dependência econômica e a subordinação à família de origem, com a busca da superação da heteronomia social e moral (SINGLY, 2005). Mesmo que em países da América Latina, parcela desses estudantes experimente alguma independência financeira, por associarem vivências laborais e de escolarização, é na posição de indivíduos constrangidos pela dependência ao círculo familiar que eles buscam a emancipação e a concretização de “aspirações culturais etárias específicas”, e empreendem processos de desfiliação em relação às famílias. (MARTUCCELLI, 2016).

Essas vivências trazem novos elementos e valores para o interior da escola, provocando modulações na cultura escolar, a partir de práticas de cooperação e solidariedade, mas também atritos e tensões, nos diferentes territórios da unidade de ensino, sobretudo na sala de aula, pondo em xeque a autoridade do professor. Fundada na tradição e reconhecida como legítima, o modelo de autoridade docente se vê cada vez mais interpelado por demandas de regime de interações menos hierárquicas, regidas por justiça e respeito (DUBET; MARTUCCELLI, 1998; MARTUCCELLI, 2007). Ademais, não é possível desconsiderar as provações que vivenciam os estudantes em seu processo de escolarização e seus modos de participação no espaço-tempo escolar: trata-se de um “tempo breve”, fincado no presente, vivido em meio a encruzilhada de aspirações e escolhas (SPOSITO; GALVÃO, 2004).

Este texto ancora-se nos resultados finais de estudo colaborativo, desenvolvido por equipe interuniversitária e multidisciplinar de investigadores vinculados a universidades ibero-americanas, situadas em Argentina, Brasil, Espanha e México. A pesquisa objetivou compreender a lacuna existente entre a experiência de cívica dos jovens em espaços de

educação formal e sua vida no entorno cidadão, isto é, as experiências de participação cívica que eles formalizam. Neste sentido, apresentaremos e analisaremos resultados finais do estudo, com foco nos achados obtidos junto aos grupos de discussão realizados com estudantes do ensino médio de escolas públicas brasileiras, do estado de São Paulo.

### **O estudo colaborativo: itinerários e os jovens-estudantes**

De abordagem qualitativa, as atividades de campo da investigação contemplaram: estudo bibliográfico; aplicação de questionário com questões fechadas e abertas, visando à breve caracterização sociodemográfica dos interlocutores; realização de grupos de discussão com até doze (12) estudantes do ensino médio, de unidades de ensino com diferentes características e culturas escolares.

Os grupos de discussão ocorreram em unidades escolares de 5 municípios paulistas. Participaram do estudo, 58 estudantes, matriculados nos 2º e 3º anos do ensino médio, com 16 e 18 anos de idade; 53,4% deles mulheres; 48% se declararam brancos e 48% se auto identificaram como pardos e pretos; à época, 29% declararam que estavam inseridos no universo do trabalho. No tocante à posição socioeconômica dos estudantes, apreendida de forma aproximativa pela renda média mensal<sup>[2]</sup> da família de origem, tem-se que 48% deles eram oriundos de famílias de camada média baixa, com faixa de renda entre um a três salários mínimos. Quanto à participação em grupos e/ou associações: 18% deles citaram os religiosos; 16% os estudantis/feministas; 14% os esportivos, e 5% os partidários e os de voluntariado, igualmente.

### **Resultados destacados**

Inicialmente, sublinha-se o sentido ampliado da noção de participação entre os estudantes: para além da acepção política do termo, no sentido de fazer parte de ação coletiva ou colegiados de representação no interior da escola, pode-se perceber que para os jovens o ato de emissão do seu ponto de vista pessoal - a própria opinião -, em debates e outras situações em salas de aula e demais territórios da unidade escolar, fora significada por eles como práticas participativas.

Os estudantes revelaram clara preferência para modos de participação diretamente relacionados à ação e seus resultados, estando assim mais próximos da aspiração de “ser parte” de algo, deixando em segundo plano o sentido de participação como “tomar parte” dos fenômenos políticos (REGUILLO, 2017). Ainda que utilizem instrumentos dos chamados “meios tradicionais de participação política”, o objetivo está relacionado a conquistas práticas, ligadas ao cotidiano vivido no interior da unidade escolar. Entre esses jovens, o interesse em participar esteve ligado ao prazer de estar na companhia de colegas, agindo por livre iniciativa em atividades coletivas que pudessem desenvolver com certa autonomia e cujos resultados imediatos estivessem ao seu alcance a curto prazo. Exemplos concretos de ações organizadas por grêmios estudantis vieram de intervenções em espaços das escolas, como: mutirões de limpeza, jardinagem, pequenas reformas ou intervenções artísticas, debates e consultas realizadas durante os finais de semana, entre outras formas de abertura da escola à presença e possibilidade de fala dos alunos em situações públicas.

A gente cuidou da escola também. (...) Alguns alunos (...) limparam os banheiros, as paredes pichadas, pintaram a escola. Eles limparam o refeitório. (estudante, mulher, Escola Estadual Santo André).

A gente encontrou lixo [espalhado pela escola] .... (...) Então, a gente meio que ajudou a escola, porque a gente deu uma limpeza nela. (estudante, homem, Escola Estadual Sorocaba).

Por outro lado, os estudantes lidam com os encargos da participação em mecanismos institucionais (conselhos de representações/delegações diversas) de um modo específico: apesar de não recusarem o uso daqueles dispositivos, pode-se depreender entre eles pouco investimento e muito pragmatismo, uma espécie de jogo desconfiado, uma “participação defectiva”, sem adesão (MARTUCCELLI, 2006).

Essa prevenção se expressa, por exemplo, no modo como escolhem alguns docentes (ou outras figuras de autoridade do mundo adulto escolar) como interlocutores privilegiados ou mediadores de atritos e conflitos em suas iniciativas de atuação na dinâmica escolar. Isso se dá de acordo com a concepção de um novo modelo de autoridade, mais relacional, cuja legitimidade não se ancora mais nos papéis ou posições institucionais, antes, ela decorre da construção individual do sujeito a partir de suas próprias experiências e características pessoais específicas (DUBET; MARTUCCELLI, 1998; MARTUCCELLI, 2009).

A gente pediu para um professor que a gente gosta para ser mediador, para orientar a gente, dar caminho para apresentar projetos e essas coisas. (...) Ele é o professor mais presente, (...) ele entende os alunos. (estudante, mulher, Escola Estadual São Paulo-capital).

Tal processo se dá em momento do percurso de vida no qual a demanda por reciprocidade aumenta, assim como as estratégias estudantis para lidar com a pluralidade e diversidade de normas e atores que compõem um intrincado jogo de relações e de poderes, marcado por transformações estruturais mais amplas, quando se aspira a relações sociais entre as gerações tendencialmente mais democráticas (MARTUCCELLI, 2016). A participação vivida pelos estudantes como possibilidade de se colocar, se apresentar em público, ocorria apenas em alguns momentos da vida escolar, quando os jovens percebiam a possibilidade de livre manifestação, sem tutelas ou ameaças à própria autonomia. Isso frequentemente esteve associado à presença e atuação de alguns docentes, na mediação de conflitos e preservação de comunicação dialógica entre o alunado. Quando tal abertura não se fez presente ou os jovens se sentiam ameaçados, diante de um professor que impunha determinado posicionamento político-ideológico, ainda que houvesse tensão, o posicionamento dos jovens foi de buscar o silêncio, o retraimento como forma de assegurar a própria individualidade e demonstrar publicamente o receio (LE BRETON, 1997; SPOSITO *et al*, 2020).

### **Considerações finais**

Apesar das manifestações de críticas, desconfianças e indiferença em relação à representação nos colegiados ou entidades estudantis, a brevidade do ensino médio e as dificuldades de transmissão da atuação política também figurou como aspecto relevante para a compreensão dos ciclos de participação, oscilando entre momentos de forte mobilização e outros de aparente desativação das ações coletivas na escola.

Ainda que não fosse possível identificar a construção de “cultura política escolar”,

mesmo se tratando de escolas com recente tradição de atuação coletiva e mobilização estudantil, percebeu-se neste estudo, enfim, a existência de um sentido coletivo de ação conjunta dos jovens em prol de um interesse concreto da comunidade escolar, assim como a demanda de manifestação das ideias e de escuta entre os pares, como formas de participação. Se não figuram como tipicamente políticas, podem sim ser encaradas como voltadas à esfera pública, ainda que restrita ao universo específico das escolas, denotando a grande relevância dessas instituições para a experiência juvenil.

## Referências

- CORTI, A.P.O. *À deriva*. Um estudo sobre a expansão do ensino médio no estado de São Paulo (1991-2003). São Paulo, Tese (Doutoramento em Educação) – FE-USP, 2015.
- \_\_\_\_\_.; CORROCHANO, M. C.; SILVA, J. A. Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas. *Educação & Sociedade*, 37, p. 1159-1176, 2016.
- DUBET, F., MARTUCCELLI, D. *En la escuela*. Sociología de la experiencia escolar. Buenos Aires: Editorial Losada S.A, 1998.
- LE BRETON, D. *Du silence*. Paris: Ed. Métailié, 1997.
- MARTUCCELLI, D. *Forgé par l'épreuve: l'individu dans la France contemporaine*. Paris: Armand Colin, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Gramáticas del individuo*. Buenos Aires: Lousada, 2007.
- \_\_\_\_\_. La autoridad en las salas de clase. Problemas estructurales y márgenes de acción. *Diversia*, Valparaíso, (1), p.99-128, abr. 2009.
- \_\_\_\_\_. Condición adolescente y ciudadanía escolar. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 41(1), p. 155-174, ene./mar. 2016
- NUÑEZ, P. La irrupción de la política en la escuela secundaria: nuevas figuras de ciudadanía en Argentina. *Estudios Sociales*, 56, p. 115-177, enero-junio 2019.
- REGUILLO, R. *Paisajes insurrectos*. Jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio. Barcelona, España: Ned, 2017.
- RUIZ, O. A. Acontecimiento y acción colectiva juvenil. El antes, durante y después de la rebelión de los estudiantes chilenos en el 2006, *Propuesta Educativa*, 1, p. 11-26, jun. 2011.
- SINGLY, F. Las formas de terminar y de no terminar la juventude. *Revista de Estudios de Juventud*, 71, diciembre 2005.
- SPOSITO, M. P.; GALVÃO, I. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. *Perspectiva*, Florianópolis, 22(2), p. 345-380, jul./dez 2004.
- \_\_\_\_\_. ALMEIDA, E.; TÁRABOLA, F.S. Jovens do ensino médio e participação na esfera escolar: um estudo transnacional. *Estudos Avançados*, 34(99), p. 313-332, aug.

---

[1]Projeto CITADEL I, com financiamento da Unión Iberoamericana de Universidades.

[2]Salário mínimo oficial no País em 2018, convertido em US\$.